

APRESENTAÇÃO DO FASCÍCULO ESPECIAL

INTERSUBJECTIVIDADE, ALTERIDADE E GÊNERO EM KANT

INTRODUÇÃO

Examinar a questão da intersubjetividade nas obras de Kant nas suas dimensões teórica, ética, estética e política constitui um desiderato da investigação kantiana. As interpretações de Kant oscilam entre extremos opostos: por um lado, a acusação de solipsismo metodológico (cf., por exemplo Apel, 1973; Habermas 1983, 1988), ancorado na autossuficiência da razão no isolamento pré-comunicativo, e, por outro, o reconhecimento de Kant como pluralista liberal, dada a conceptualização da razão como razão pública, animada pela dinâmica da comunicação (cf. Keienburg 2011). Tanto na filosofia teórica como na prática, há necessidade de escrutínio da “razão alheia” (relativamente ao termo, ver Simon 2003) que alcança objetividade cognitiva e ética, produzindo acordo intra e inter-subjetivo; também na Crítica da Faculdade do Juízo, a capacidade de julgar expõe e exprime uma esfera pública estética. Assim, “pensar-por-si” (Selbstdenken) constitui um processo racional que encontra a “superior pedra de toque da verdade no interior de si próprio, isto é, na própria razão” (Kant, WhO, AA 08: 146), não na singularidade idiossincrática de um sujeito cognitivo monológico, mas antes na capacidade autocrítica dos princípios universais da razão comum e interativamente partilhada. No âmbito jurídico-político, a racionalidade intersubjetiva revela-se na pedra de toque da justiça, pois só é justa a lei que pode ser objeto de consentimento racional por todo o povo (Kant, WiA, 08: 39; TP, 08: 297; ZeF, 08: 381). Será que o Eu penso é, no fundo, um Nós pensamos? (Cf. Keienburg 2011: 95) Neste contexto, urge interrogar: qual será o papel do *sensus communis* na sua dimensão teórica, prática e estética? Quais as implicações da rejeição kantiana do egoísmo lógico, estético e moral, com a respetiva defesa do pluralismo e da “pedra de toque externa” (Kant, Anth §.2, AA 07: 128-130)?

<https://doi.org/10.36311/2318-0501.2023.v11n1.p11>

A discussão de Kant sobre a raça aponta para o seu interesse na diversidade das pessoas, que tem, no entanto, uma orientação normativa e é conhecida por conduzir a uma hierarquização das raças. Esta particularização e desvalorização de certas “raças” faz com que o interesse de Kant pela universalidade e igualitarismo pareça obsoleto. Por esta razão, entre outras, é importante levantar a questão da alteridade e da comunidade humana em Kant. Na Antropologia, Kant declara: “Ao egoísmo só podemos contrapor o pluralismo, ou seja, a forma de pensar em que não nos consideramos o mundo inteiro, mas em que nos consideramos e comportamos como um mero cidadão do mundo” (Anth AA 07: 130). Mas interroguemo-nos: será que, ao adotarmos diferentes pontos de vista e ao assumirmos a pluralidade, já nos referimos ao Outro na sua particularidade e alteridade, ou será que o Outro permanece ainda abstrato, tanto numa perspectiva intrasubjetiva como intersubjetiva? Do mesmo modo, a natureza contraditória do pensamento kantiano de polarização binária e naturalista dos géneros, em contraste com a vocação universal e igualitária da pessoa no contexto da Aufklärung, devem ser submetidos a uma análise crítica.

Com este fascículo temático, pretendemos estimular a reavaliação e a reinterpretção do pensamento kantiano, submetendo os aspetos da intersubjetividade, alteridade e género a um exame cuidadoso.

Na primeira parte da edição especial, os aspetos abordados são examinados nos textos de Soledad G. Ferrer, Virgínia de Araújo Figueiredo, Joãozinho Beckenkamp, Marita Rainsborough, Ileana Beade, María Betania Parodi, Holly Wilson e Maria Borges. Na segunda parte, é feita uma discussão crítica do livro de Helga Varden “Sex, Love and Gender: a Kantian theory” (2020) no formato “Author meets critics”. Nos seus ensaios, as investigadoras Ann Cahill, Jordan Pascoe e Alice McLaughlin fazem apreciações críticas do livro de Helga Varden, com base nas suas próprias posições de investigação, às quais esta responde numa réplica.

Na primeira parte da edição especial, Soledad G. Ferrer examina no seu ensaio “El cisne negro. Amistad y política en Kant” as características da amizade nos textos kantianos, a fim de descobrir em que sentido o teorema da amizade, apoiando-se em Derrida a este respeito, liga as características mais importantes da ética e da política e indica “o topos e o tropos dos dois campos”.

Posteriormente, no seu texto “Efeitos do universal a partir da Estética de Kant”, Virgínia de Araújo Figueiredo ilumina a ligação entre universalismo e particularismo em Kant no que respeita à questão do ser humano na sua diversidade. A autora defende a justificação da preocupação de Kant em integrar a “Crítica do Julgamento” no sistema transcendental-crítico contra as teses de Meg Armstrong no ensaio “The effects of blackness”: Gender, Race, and the Sublime in Aesthetic Theories of Burke and Kant” (1996) e, nesta crítica, procura reforçar a importância do universalismo de Kant e daquilo a que chama “perspetivismo” nas visões radicalmente revistas de Kant, sem rejeitar a crítica de Armstrong em relação à raça e ao género na teoria estética de Kant.

No seu texto “Ensaio de fundamentação do direito à diferença a partir da filosofia moral kantiana”, Joãozinho Beckenkamp defende que Kant fornece uma base sólida do direito à

diferença no direito, através da dedução da permissão de qualquer livre arbítrio de escolher tudo o que não prejudique o livre arbítrio de outro, o que implica, como contrapartida, a necessidade moral de respeito dessa escolha por todos os outros. A filosofia moral de Kant oferece assim uma possibilidade de lidar com as várias formas de alteridade numa perspectiva ético-moral.

No seu texto “Intersubjetividade e alteridade em Kant”, Marita Rainsborough aborda a questão da intersubjetividade e da alteridade nas suas dimensões epistemológica, ética, estética e política, observando que teoremas kantianos como. “pluralismo”, “modo de pensar alargado”, “sociabilidade insociável”, “esfera pública”, “esfera pública mundial”, “sensus communis”, “publicidade”, “hospitalidade”, bem como pressupostos epistemológicos, éticos e estéticos básicos, constituem pontos de partida fundamentais para a compreensão dos aspetos da intersubjetividade e da alteridade em Kant, devendo a dimensão intrasubjetiva ser pensada como ligada à dimensão intersubjetiva. A intrasubjetividade em Kant permanece intersubjetividade. Torna-se claro que Kant faz justiça à alteridade do Outro na sua abordagem, mas não nas suas afirmações avaliativas, que podem ser encontradas frequentemente. Por isso, com Kant, temos de pensar para além de Kant.

Ileana Beade, no seu ensaio “La cuestión del género en las Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime de Immanuel Kant. Un análisis desde la perspectiva (no filosófica) del observador” aborda a questão das consequências da adoção do ponto de vista do observador na análise da diferença entre os sexos no texto de Kant “*Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime*” e como esta perspectiva difere da do filósofo. Com base na análise efetuada, são demonstrados o alcance e as limitações da posição de Kant sobre a natureza da mulher e o seu papel na vida cívica e política.

No seu ensaio “Kant y el problema de las mujeres: una revisión feminista de las posibilidades de su inclusión cívica”, María Betania Parodi examina a possibilidade de conciliar o pensamento jurídico-político de Kant com uma perspectiva feminista da emancipação das mulheres. Segundo Kant, a incapacidade de as mulheres agirem de acordo com os princípios da razão estabelece a sua inferioridade política ou cívica, uma posição insustentável que Parodi quer ultrapassar sem pôr em causa a filosofia kantiana em geral.

Holly Wilson defende Kant no seu ensaio “Kant’s Approach to Alterity and Women” contra a acusação de “sexismo” e classifica os seus escritos sobre género como filosofia popular e uma tentativa de fazer ciência empírica como um leigo, propagando normas de género tradicionais estereotipadas em mulheres e homens. No entanto, não nega fundamentalmente às mulheres a capacidade moral de agir. Kant teria praticado *gender policing*, especialmente contra as mulheres, como ilustram as suas observações sobre as académicas e o tratamento dado a Maria von Herbert. Conclui que a experiência de Kant com Maria von Herbert sugere que a dignidade de uma pessoa não reside nem na conformidade com a norma de género nem na submissão à lei moral, mas sim no trabalho fora de casa e na obtenção de uma identidade significativa.

Maria Borges analisa a concepção de Kant sobre o gênero feminino, partindo da distinção entre o belo e o sublime. Ela mostra que a bela moralidade se baseia em sentimentos morais e implica a incapacidade de agir de acordo com princípios. As virtudes femininas podem ser associadas à promoção da cultura e do refinamento social. Por fim, ela mostrará em que sentido a moralidade emocional que Kant atribui às mulheres pode ser encontrada na filosofia feminista contemporânea, especialmente na ética do cuidar.

A segunda parte da edição especial de *Estudos Kantianos* “Author meets critics” sobre o livro de Helga Varden “Sex, Love and Gender: a Kantian theory” (2020) começa, após uma breve introdução de Marita Rainsborough, com o ensaio de Ann Cahill “Vital Forces, Selves, and Consent”: Responding to a Philosophical Love Letter”, em que critica a caracterização de Helga Varden das “postmodern approaches to sexual orientation and identity” e a alegada equação entre construção social e realidade. Também argumenta contra o princípio de Varden do “consentimento” como categoria legal para determinar a agressão sexual. Segue-se o texto de Alice McLaughlin “Friendship, Love, and Family: Comments on Sex, Love, and Gender by Helga Varden”, em que a autora reflete criticamente sobre os aspetos do dever de veracidade no contexto da identidade sexual, da ausência de família e das consequências da linguagem ofensiva. Jordan Pascoe prossegue com a análise do livro de Helga Varden com o seu ensaio “On Being at Home in Ourselves and the World: Love, Sex, Gender, and Justice”. A autora debate a forma como a análise de Varden fornece recursos muito necessários para pensar sobre a forma como a adoção de uma postura autodefensiva face à opressão pode violar os deveres de resistência à nossa própria opressão. De seguida, a autora debruça-se sobre o que considera serem dois aspetos problemáticos da visão de Varden sobre o Estado justo: a sua compreensão do consentimento sexual e a sua defesa do direito do Estado a restringir o aborto. Na réplica de Helga Varden “Responding to Ann Cahill, Alice MacLachlan, and Jordan Pascoe”, que conclui esta parte da edição especial, Varden aborda as críticas levantadas. Em particular, aborda as questões do aborto, do consentimento, da família, da natureza humana, das identidades sexuais, de gênero e filosóficas, da correspondência entre Kant e Maria von Herbert e da complexidade dos diferentes tipos de opressão.

A equipa editorial desta edição especial da revista *Estudos Kantianos* deseja a todos os leitores uma leitura proveitosa. Aguardamos com expectativa a publicação de mais artigos sobre este tema em futuros números da revista *Estudos Kantianos*, uma vez que a investigação destes aspetos na filosofia de Kant está longe de estar concluída.

Paulo Jesus (Universidade de Lisboa),

Marita Rainsborough (Universidade Leuphana de Lüneburg / Universidade de Lisboa)

Fernando M. F. Silva (Universidade de Lisboa)